

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

PERCEÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO COM OS TÉCNICOS DE REINSERÇÃO SOCIAL E MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA EM PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENAS E MEDIDAS DE EXECUÇÃO NA COMUNIDADE

Trabalho submetido por
Eliana Filipa Costa Lopes Correia Miranda
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

julho de 2025

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

PERCEÇÕES ACERCA DA RELAÇÃO COM O TÉCNICO DE REINSERÇÃO SOCIAL E MOTIVAÇÃO PARA A MUDANÇA EM PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENAS E MEDIDAS DE EXECUÇÃO NA COMUNIDADE

Trabalho submetido por
Eliana Filipa Costa Lopes Correia Miranda
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Prof.^a Doutora Ana Cristina Neves

julho de 2025

Dedicatória

À minha avó Noémia e à minha mãe, pilares da minha vida e da pessoa que sou hoje. Se aqui cheguei, foi porque me ensinaram o valor do esforço, da humildade e do saber.

A ambas, com todo o meu amor e gratidão, dedico esta conquista.

“O saber não ocupa espaço, e sim o vazio de nada saber”

Gabriel de Queiroz Ribeiro

Agradecimentos

Chegar até aqui foi um desafio repleto de aprendizagens, dúvidas, superações e muitas páginas escritas (e reescritas), mas não o percorri sozinha. Por isso, este espaço é dedicado a todos os que, de alguma forma, fizeram parte deste caminho.

À minha orientadora, Prof. Doutora Ana Cristina Neves, agradeço profundamente pela dedicação, pelo conhecimento partilhado, pelo incentivo constante e, acima de tudo, pelo tempo e paciência investidos. Foi um processo atribulado, é certo, mas a sua motivação, disponibilidade e bom humor tornaram-no mais leve. Obrigada por nunca deixar de acreditar neste trabalho.

Aos técnicos das equipas onde realizei a recolha de dados, que não só agilizaram o processo, como me acolheram com simpatia, disponibilidade e profissionalismo.

À minha família, avós e pais, por todo o apoio, amor e por acreditarem sempre em mim. Em especial, às duas grandes mulheres da minha vida, que sempre me incentivaram a seguir os meus sonhos e a ir mais longe, mesmo quando o caminho parecia íngreme (e a tese, interminável). Esta conquista também é vossa.

Às minhas amigas de sempre, Inês e Mariana, que, provavelmente já a sonhar com esta tese de tanto a ouvirem, nunca deixaram de ter uma palavra de incentivo, um abraço ou uma piada pronta para me fazer sorrir. Como elas diziam “Está tudo bem”! Que sejamos sempre as três, *no matter what*.

Às minhas colegas e amigas de curso, do grupo “Festarola”, batizado após a única (mas memorável) noite em que conseguimos sair durante o mestrado. A vós, que partilharam comigo este percurso com compreensão, empatia e muitas conversas de apoio, obrigada. A amizade também faz parte da ciência!

E a todos os que, mesmo que não mencionados aqui, deixaram uma marca neste processo, o meu sincero obrigada. A vossa presença, por mais discreta que tenha sido, fez a diferença.

Esta tese tem o meu nome, mas carrega um bocadinho de cada um de vós.

Declaração de Honra

Código | IMP-EM-EI-111_01

Declaro, por minha honra, que o presente trabalho académico é original e foi elaborado por mim própria, não se tendo recorrido a quaisquer outras fontes, para além das indicadas, usadas, adotadas literalmente ou adaptados a partir dos seus originais (em fontes impressas, não impressas ou na internet) e encontram-se adequados, identificados e citados, com observância das convenções do trabalho académico em vigor.

Mais declaro que esta Dissertação “Perceções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e motivação para a mudança em pessoas em cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade” não foi apresentada, para efeitos de avaliação, a qualquer outra entidade ou instituição, para além da(s) diretamente envolvida(s) na sua elaboração, e que os conteúdos das versões impressa e eletrónica são inteiramente coincidentes.

Declaro, igualmente, encontrar-me ciente de que a inclusão, neste texto, de qualquer falsa declaração terá consequências legais.

Eliana Miranda

Data: 28/06/2025

Declaração Conflito de Interesses (DCI)

Código | IMP-EM-EI-110_01

Eu Eliana Filipa Costa Lopes Correia Miranda, referente a Dissertação “Perceções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e motivação para a mudança em pessoas em cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade” declaro que não possuo conflitos de interesse de ordem pessoal, comercial, académica, político ou financeiro.

Eliana Miranda

Data: 28/06/2025

Declaração de Financiamento

Código | IMP-EM-EI-113_01

Eu Eliana Filipa Costa Lopes Correia Miranda, referente a Dissertação “Perceções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e motivação para a mudança em pessoas em cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade” declaro que o meu trabalho não se encontra financiado.

Eliana Miranda

Declaração de Ética e Registo

Código | IMP-EM-EI-112_01

Eu Eliana Filipa Costa Lopes Correia Miranda, referente à Dissertação “Perceções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e motivação para a mudança em pessoas em cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade” declaro que o meu trabalho se encontra aprovado pela Comissão de Ética Egas Moniz sob o número ou identificação de registo 1578.

Eliana Miranda

Data: 28/06/2025

Resumo

A relação entre os Técnicos de Reinserção Social e as pessoas a cumprir penas e medidas tem sido reconhecida como um fator essencial para o sucesso das intervenções e para a promoção de mudanças significativas, especialmente na redução da reincidência. A qualidade dessa relação, aliada à motivação para a mudança, é fundamental para a eficácia do acompanhamento. No contexto da execução de penas e medidas na comunidade, apesar da crescente valorização destas intervenções, permanecem escassos os estudos que explorem a perceção dos ofensores acerca da relação com o técnico, a sua motivação para a mudança e a associação entre ambas, especialmente em Portugal. Assim, o presente estudo tem como principal objetivo explorar a relação entre as perceções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e a motivação para a mudança, em pessoas que se encontram a cumprir penas e medidas na comunidade. A amostra da investigação foi constituída por 50 pessoas (42 do sexo masculino e 8 do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 23 e os 68 anos, a cumprir penas e medidas de execução na comunidade, acompanhadas por Técnicos de Reinserção Social de Equipas de Reinserção Social da região de Setúbal. A perceção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social foi analisada através da *Session Rating Scale* (SRS). Para avaliar a motivação para a mudança foi utilizada a *University of Rhode Island Change Assessment* (URICA). De acordo com os resultados desta investigação, verificou-se uma elevada satisfação em relação à sessão, e destacam-se as fases da contemplação e ação como predominantes na motivação para a mudança. Além disso, não se verificou a existência de relação entre a perceção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e a motivação para a mudança, nem se verificaram diferenças significativas relativamente à perceção acerca da sessão com o Técnico entre estádios motivacionais. Os resultados demonstraram que à medida que o tempo de acompanhamento aumenta, diminui a perceção acerca do respeito e compreensão, do ajustamento entre pessoa e técnico, da avaliação global da sessão e a perceção geral da relação com o Técnico. Observou-se ainda que o grupo na fase motivacional da ação apresenta um tempo de acompanhamento superior ao grupo pré-contemplação/contemplação. Este estudo aprofunda o conhecimento da intervenção comunitária, apoiando a prática técnica e políticas de reinserção baseadas em evidência.

Palavras-chave: *penas e medidas na comunidade, técnico de reinserção social, relação, perceção, motivação para a mudança*

Abstract

The relationship between Probation Officers and probationers has been recognized as an essential factor for the success of interventions and for promoting significant changes, especially in reducing recidivism. The quality of this relationship, combined with the motivation for change, is fundamental for effective monitoring. In the context of probation, despite the growing appreciation of these interventions, there are still few studies exploring offenders' perceptions about the relationship with the Probation Officer, their motivation for change and the association between the two, especially in Portugal. Therefore, the main objective of this study is to explore the relationship between perceptions about the relationship with Probation Officers and motivation for change on probationers. The sample of the investigation consisted of 50 people (42 males and 8 females), aged between 23 and 68, in probation, accompanied by Probation Officers from Probation Teams in Setúbal. The perception about the session with Probation Officers was analysed using the Session Rating Scale (SRS). The University of Rhode Island Change Assessment (URICA) was used to assess motivation for change. The results of the present investigation, demonstrate that there was high satisfaction with the session, and the contemplation and action phases stand out as predominant in motivation for change. In addition, there was no relationship between the perception about the session with the Probation Officer and the motivation for change. However, the results showed that there is a negative relationship between the perception about the session with the Probation Officer and the time of the follow-up, which means, as the time of the follow-up increases, the perception of respect and understanding, the adjustment between the person and the Probation Officer, the overall evaluation of the session and the general perception of the relationship with the Probation Officer decreases. Comparing the stages of motivation for change, there were no significant differences in terms of perceptions about the session with the Probation Officer, but the action group had a longer follow-up time than the pre-contemplation/contemplation group. This investigation adds to the knowledge of community intervention, supporting technical practice and evidence-based probation policies.

Key words: *probation, probation officer, relationship, perception, motivation for change*

Índice Geral

Índice de Tabelas	7
Lista de Abreviaturas	9
Introdução	11
Relação entre os técnicos e as pessoas em cumprimento de penas e medidas na comunidade.....	13
Motivação para a mudança	17
Relação e motivação para a mudança.....	21
O Presente Estudo.....	23
Método.....	25
Participantes.....	25
Instrumentos.....	26
<i>Questionário Sociodemográfico</i>	26
<i>University of Rhode Island Change Assesment (URICA)</i>	26
<i>Session Rating Scale (SRS)</i>	27
Procedimento	27
Resultados.....	29
Análises Descritivas.....	29
Correlação entre as percepções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e Motivação para a Mudança.....	30
Correlação entre as percepções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e tempo de acompanhamento	31
Comparação entre fases de Motivação para a Mudança e percepção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social	31
Comparação entre fases de Motivação para a Mudança e tempo de acompanhamento	32
Discussão	33

Implicações Práticas	38
Limitações e Recomendações para Futuros Estudos	37
Referências	41

Índice de Tabelas

Tabela 1. *Dados Sociodemográficos*

Tabela 2. *Análise descritiva da SRS*

Tabela 3. *Análise descritiva da URICA*

Tabela 4. *Análise descritiva do Estádio Motivacional*

Tabela 5. *Correlações entre as pontuações da SRS e o tempo de acompanhamento*

Lista de Abreviaturas

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção de Serviços Prisionais

EPICS – *Effective Practices in Community Supervision*

MTM – Modelo Transteórico da Mudança

RNR – Modelo Risco-Necessidade-Responsividade

SRS – *Session Rating Scale*

STARR – *Staff Training Aimed at Reducing Re-arrest*

URICA – *University of Rhode Island Change Assessment*

Introdução

No contexto português, devido às reformas penais associadas ao princípio da justiça ressocializadora, desde 2007, as penas não privativas de liberdade têm aumentado de forma exponencial (Rodrigues et al., 2023). Durante o ano de 2023 estiveram em execução um total de 52.428 penas e medidas na comunidade (RASI, 2023).

São penas e medidas na comunidade (em inglês, *probation*) a suspensão de execução da pena de prisão, a prestação de trabalho a favor da comunidade, substituição de multa por trabalho, suspensão da execução do internamento, liberdade para prova, liberdade condicional e a suspensão provisória do processo. Em Portugal, a entidade dedicada ao acompanhamento destas medidas é a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e os técnicos que fazem esse acompanhamento são os Técnicos Superiores de Reinserção Social.

A troca de ideias e boas práticas entre os países europeus e os esforços do Conselho da Europa para harmonizar as leis relativas às penas e medidas não privativas de liberdade, tornaram os sistemas de reinserção social mais uniformes entre si, permitindo definir os serviços de reinserção social como: qualquer organismo designado por lei para implementar as atividades e intervenções relacionadas com penas e medidas criminais, que envolvam supervisão, orientação e assistência, com vista à reinserção social de um condenado, bem como contribuir para a segurança comunitária (Rodrigues et al., 2023).

A execução de penas e medidas na comunidade corresponde à intervenção técnica materializada na avaliação do risco e necessidades de reinserção social, planificação e supervisão das penas e medidas, na aplicação de programas para necessidades específicas e articulação com a comunidade para promoção e respostas de reinserção social (DGRSP, 2024). Esta supervisão implica controlo e vigilância, assim como apoio pessoal. Deste modo, o objetivo dos serviços de reinserção social é alcançar o equilíbrio entre o apoio pessoal e o controlo (Rodrigues et al., 2023).

Em Portugal, os procedimentos de avaliação, planeamento e execução assentam em orientações internas baseadas no Modelo Risco-Necessidade-Responsividade (RNR) (Andrews et al., 1990), que assegura a fundamentação e uniformização das intervenções técnicas (Rodrigues et al., 2023).

O Modelo RNR é talvez o modelo mais influente para a avaliação e intervenção em ofensores (Blanchette & Brown, 2006; Ward et al., 2007). Este modelo foi elaborado e contextualizado numa teoria geral da personalidade e da aprendizagem social cognitiva do comportamento criminal (Andrews et al., 1990; Andrews et al., 2006).

O modelo assenta em três princípios fundamentais: o princípio do risco, o princípio da necessidade e o princípio da responsividade (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

O princípio do risco estabelece que a intensidade e o nível de supervisão das intervenções técnicas devem ser ajustadas ao risco de reincidência, o que estabelece que ofensores com maior risco necessitam de maior investimento em termos de tempo, recursos e atenção, ou seja, maior supervisão e intervenção (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

Por sua vez, o princípio da necessidade sublinha a importância de direcionar a intervenção para as necessidades criminógenas específicas do ofensor, uma vez que estas representam os fatores com maior potencial de mudança. Adaptar a intervenção às necessidades do indivíduo pode ser um fator essencial à redução da reincidência (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

O princípio da responsividade defende que as intervenções devem ser ajustadas às capacidades, estilo de aprendizagem e características individuais de cada pessoa, utilizando abordagens comprovadamente eficazes na redução da reincidência. Este princípio divide-se em dois componentes: a responsividade geral, que destaca a utilização de técnicas cognitivo-comportamentais, e a responsividade específica, que implica a adaptação das intervenções às competências, cultura, estilo de vida, personalidade e pontos fortes do indivíduo. Adicionalmente, é crucial considerar as necessidades não-criminógenas que têm um impacto significativo na eficácia das intervenções orientadas para as necessidades criminógenas (Andrews et al., 1990; Bonta & Andrews, 2007; Smith et al., 2009; Ward et al., 2007).

Pesquisas têm vindo a demonstrar que o modelo RNR tem sido eficaz para reduzir as taxas de reincidência geral e sexual de pessoas que cometeram crimes (Hanson et al., 2009; Smith et al., 2009). O respeito pela pessoa é o princípio mais

importante no Modelo RNR, demonstrando a importância da relação/aliança de trabalho nesta abordagem (Andrews et al., 2011).

Relação entre os técnicos e as pessoas em cumprimento de penas e medidas na comunidade

Na última década, a supervisão de penas e medidas na comunidade passou por transformações significativas. Deixou de ser apenas um controlo do cumprimento das condições impostas pelo tribunal e passou a adotar práticas de gestão de caso que promovem uma relação mais terapêutica entre técnico e ofensor, com o objetivo de aumentar a satisfação e a eficácia do acompanhamento (Alarid & Jones, 2018).

A literatura relativa ao acompanhamento de penas e medidas na comunidade, baseada na relação entre técnico-ofensor, tem sido negligenciada na investigação existente sobre reinserção (Shapland et al., 2012), o que resulta em poucas orientações ou formação sobre como criar uma relação de forma consistente (Nahouli et al., 2022).

A relação de trabalho/aliança terapêutica, conforme definida por Bordin (1979), refere-se aos sentimentos, atitudes e perceções partilhadas entre o terapeuta e o cliente. Mais tarde, Bordin (1994) caracterizou a relação de trabalho/aliança terapêutica em três componentes essenciais: o consenso entre o cliente e o terapeuta sobre os objetivos do tratamento; o acordo em relação às tarefas e intervenções a serem implementadas; e o vínculo emocional, que se sustenta na confiança mútua, aceitação e segurança.

Nos últimos anos, a investigação tem vindo a destacar que, independentemente do tipo de terapia ou abordagem utilizada, a relação entre cliente e terapeuta desempenha um papel crucial na obtenção de resultados positivos (Bordin, 1979; Bordin, 1994; Connors et al., 1997; Horvath & Greenberg, 1994; Horvath & Luborsky, 1993; Horvath & Symonds, 1991; Martin et al., 2000; Norcross, 2010).

Outros estudos indicam que uma relação de trabalho mais sólida, definida por fatores como empatia, credibilidade, competência e capacidade de envolver o utente (Lambert & Barley, 2001), é frequentemente associada a melhores resultados no cumprimento de penas e medidas na comunidade (Blasko et al., 2015; Burnett & McNeill, 2005; Morash et al., 2014; Walters, 2016). Em particular, observou-se que a reincidência entre ofensores que cumprem penas e medidas na comunidade tende a diminuir na medida em que se desenvolve uma forte relação/aliança de trabalho entre o ofensor e o técnico de *probation* (Holmqvist et al., 2007; Skeem et al., 2007). Além

disso, a qualidade da relação entre o técnico de *probation* e o ofensor mostra-se frequentemente eficaz na redução do risco em ofensores violentos (Brown & O'Leary, 2000) e na promoção de melhorias nos tratamentos para abuso de substâncias (Connors et al., 1997).

Numa boa relação, os técnicos exercem a sua autoridade como uma figura legítima. Embora o papel do técnico como figura de autoridade se mantenha, uma boa relação ajuda a facilitar o cumprimento das condições por parte do ofensor (Sloas et al., 2020). Sturm et al. (2022) mostrou que a clareza dos objetivos e restrições era inicialmente a questão mais importante para ambas as partes e que, após um período de três meses, a relação entre técnico e ofensor evoluiu para uma relação de confiança. A confiança é um elemento-chave para o sucesso da relação e contribui significativamente para o envolvimento dos ofensores no processo de reinserção (Sturm et al., 2022).

Alarid & Jones (2018) enfatizam a importância da escuta ativa e do uso de feedback ao longo do processo de acompanhamento. Quando o técnico escuta atentamente as preocupações dos ofensores, isso demonstra cuidado e interesse genuíno, fatores que fortalecem a relação de confiança entre ambos (Alarid & Jones, 2018).

A compreensão de que os caminhos para a desistência criminal podem ser influenciados pelas relações dentro do contexto da justiça é fundamental. Koffeld-Hamidane et al. (2023) destacam a importância de construir essas relações de apoio de forma segura e recíproca, enfatizando que, além das ferramentas mais estratégicas, como a entrevista motivacional, é essencial criar um ambiente de confiança e apoio contínuo. Essas relações devem ser sustentadas ao longo do tempo, o que facilita a possibilidade de afastamento do crime (Koffeld-Hamidane et al., 2023).

Rex (1999) investigou as dinâmicas das relações entre ofensores e técnicos de reinserção, sublinhando que a empatia demonstrada pelos profissionais é um fator crucial para que os ofensores se sintam à vontade para falar. A capacidade de ouvir, compreender e mostrar interesse genuíno pelos desafios enfrentados pelos ofensores é considerada um componente essencial na construção de uma relação eficaz. Contudo, os ofensores também valorizam o respeito e a manutenção de uma certa formalidade. Esses elementos ajudam a criar uma relação de supervisão positiva, permitindo que o técnico seja visto como uma figura respeitável e experiente, cujas orientações são levadas a sério (Ackerman & Hilsenroth, 2003; Beijersbergen et al., 2015; Kennealy et al., 2012; Klockars, 1972; Rex, 1999; Skeem et al., 2007).

A qualidade das interações entre os ofensores e os técnicos de reinserção social é frequentemente considerada um fator protetor contra a reincidência (Kennealy et al., 2012; Skeem et al., 2007). Blasko et al. (2015) referem que os ofensores que tinham uma melhor relação com o seu técnico corriam menos riscos, tinham menos dias de consumo de droga e menos infrações.

Estudos apontam que características como comunicação calorosa, respeito mútuo, confiança e objetivos partilhados aumentam a perceção de utilidade das sessões e favorecem a reinserção social (Delude et al., 2012; Dowden & Andrews, 2004). Abordagens baseadas no apoio, em oposição a abordagens centradas exclusivamente na vigilância, mostram-se mais eficazes na facilitação da desistência, sublinhando a relevância de vínculos interpessoais positivos e recursos que reforcem esta mudança (Beck & McGinnis, 2022; Koffeld-Hamidane et al., 2023; Sloas et al., 2020).

Diversos estudos demonstram ainda que os ofensores apresentam elevados níveis de satisfação com o acompanhamento dos técnicos (Alarid & Jones, 2018; Berry & Piechocki, 2010; Delude et al., 2012; Holm et al., 2024). A elevada satisfação reflete-se em afirmações de que o acompanhamento técnico contribui para evitar a reincidência, demonstrando a relevância e o impacto positivo das interações técnico-ofensor na vida dos indivíduos (DeLude et al., 2012). Holm et al. (2024) observaram ainda melhorias significativas na perceção de satisfação com a vida entre os participantes do seu estudo.

Norcross (2010) sugere que a relação/aliança de trabalho é um mecanismo central para a mudança e que, sem uma boa relação/aliança com o utente, este não conseguirá, e talvez não possa promover a mudança. A aliança/relação de trabalho é considerada crucial para o sucesso do processo de mudança (Botella et al., 2008; DeSorcy et al., 2014; Fahlgren et al., 2020). Bordin (1979) propôs que a relação/aliança de trabalho entre a pessoa que procura a mudança e o agente de mudança está no centro do processo de mudança em todas as terapias.

No contexto forense, a construção de uma boa relação com os técnicos de *probation* foi citada como um elemento de prática eficaz suscetível de incentivar a mudança de comportamento (Barry, 2007). Rex (1999) explora, no seu estudo, o impacto do acompanhamento técnico no comportamento dos ofensores, concluindo que

a supervisão e o apoio fornecidos pelos técnicos podem desempenhar um papel relevante na redução da probabilidade de reincidência e na alteração de comportamentos desviantes.

A confiança entre o agressor e o técnico pode ajudar a facilitar os objetivos e a finalidade da supervisão, afetar o grau de cumprimento das condições de supervisão por parte do indivíduo e promover o progresso na abordagem do comportamento criminal (Taxman, 2002). Além disso, relações interpessoais baseadas na confiança e no respeito mútuo têm sido associadas a mudanças positivas nas atitudes e comportamentos dos ofensores, sendo frequentemente apontadas como fatores determinantes na decisão de desistir do crime (Rowe & Scoppitt, 2014).

De forma consistente, Hart e Collins (2014) sublinham que a aliança terapêutica/de trabalho é um elemento central na percepção de sucesso do acompanhamento, apoiando a ideia de que relações de qualidade entre técnicos e ofensores estão associadas a melhores resultados na reinserção social. Estes estudos corroboram investigações anteriores (DeLude et al., 2012), que identificam a aliança terapêutica/de trabalho como um fator preditivo de sucesso, associado à redução da reincidência e ao aumento da motivação dos ofensores para a mudança.

Se, à semelhança da relação terapeuta-cliente, a qualidade da relação entre técnico e ofensor influencia diretamente o sucesso da reinserção social, é importante que os técnicos desenvolvam competências que lhes permitam estabelecer vínculos que promovam a reabilitação e a desistência do crime (Koffeld-Hamidane et al., 2023).

Assim, é importante ouvir as percepções das pessoas a cumprir penas e medidas na comunidade. As experiências diretas dos ofensores, e a adoção da experiência vivida, podem dar um contributo valioso e uma visão única sobre o que funciona e o que não funciona no acompanhamento de penas e medidas na comunidade (Tyler, 2022) e para compreender melhor como a desistência do crime se desenvolve num contexto de justiça penal punitiva (Fernando, 2021).

Neste sentido, torna-se fundamental considerar a experiência subjetiva das pessoas em acompanhamento, nomeadamente a sua percepção sobre a relação com os técnicos, a utilidade das intervenções, e o seu nível de satisfação com os serviços. Na investigação no domínio da saúde a satisfação com o tratamento é amplamente reconhecida como um indicador crucial da qualidade dos serviços prestados (Dias-

Barbosa et al., 2011; Khan et al., 2025; Myers et al., 2015; Sidani & Epstein, 2016), refletindo a perspectiva do cliente (Kuusisto & Lintonen, 2020).

De forma semelhante, em contextos de intervenção psicossocial, estudos têm demonstrado que a monitorização sistemática das alterações nos sintomas e da percepção dos clientes relativamente à qualidade da aliança terapêutica pode contribuir para melhores resultados (Beard & Delgadillo, 2019; Flückiger et al., 2018; Rubel et al., 2013; van Benthem et al., 2020). O uso de feedback sistemático, através do qual os clientes partilham regularmente com o terapeuta informações sobre o seu bem-estar e a qualidade da relação terapêutica, revela-se uma prática promissora para promover decisões partilhadas, adaptar a intervenção às necessidades do indivíduo e aumentar a eficácia global do acompanhamento (Miller et al., 2006).

Motivação para a mudança

A motivação é um conceito abrangente, amplamente estudado em diferentes ramos da psicologia. No contexto terapêutico, a motivação para a mudança refere-se à disposição e prontidão de um indivíduo para implementar uma estratégia de alteração comportamental em relação à sua situação atual (Tambling, 2019; Ward, 2000).

Desde a sua introdução, há quase duas décadas, o Modelo Transteórico da Mudança (MTM) proposto por Prochaska e DiClemente (1984, 1986) tornou-se, possivelmente, o modelo mais influente na compreensão e tratamento de comportamentos aditivos ou problemáticos (Povey et al., 1999). Este modelo foi também amplamente adotado em contextos diversos, como violência doméstica (Begun et al., 2003; Begun et al., 2001; Easton et al., 2000) e reabilitação de ofensores (Hemphill & Howell, 2000; McMurrin et al., 1998; Williamson et al., 2003).

Conforme o MTM, as tentativas de alterar comportamentos problemáticos geralmente seguem uma progressão sequencial por fases de mudança (Prochaska & DiClemente, 1984; Prochaska & Diclemente, 1986). Cada uma dessas fases reflete atitudes, pensamentos, crenças e valores distintos acerca do processo de mudança, além de comportamentos e estratégias associados (Begun et al., 2001). Uma premissa essencial do modelo é que a mudança não é um evento repentino, mas sim um processo que envolve uma sequência prescrita de etapas. Dessa forma, o MTM caracteriza-se como um modelo de mudança intencional, centrado no processo de tomada de decisão do indivíduo (Velicer et al., 1998).

A motivação para a mudança é um fator que pode ser influenciado pelo apoio recebido durante o acompanhamento e a percepção de eficácia do processo (Prochaska & DiClemente, 1986) e é compreendida como um estado dinâmico e em constante evolução, dependente de fatores internos (e.g., valores pessoais), e externos, (e.g., suporte social e condições de vida (Miller & Rollnick, 2003; Ward et al., 2004).

O MTM descreve a mudança comportamental como um processo dinâmico e não linear, caracterizado por seis fases: pré-contemplação, contemplação, preparação, ação, manutenção e finalização/recaída (Prochaska & DiClemente, 1986).

Na etapa de pré-contemplação, os indivíduos não têm intenção de mudar o comportamento num futuro próximo, pois geralmente não percebem o seu comportamento como problemático ou perigoso. A intervenção do profissional deve centrar-se na criação de um ambiente empático e de confiança, com o objetivo de destacar os riscos e consequências do comportamento, promover a expressão emocional e encorajar a esperança, sempre com realismo (Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurren et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Na fase de contemplação, as pessoas começam a reconhecer a existência de um problema e a ponderar os benefícios de uma mudança. No entanto, esta etapa é marcada por uma forte ambivalência, podendo os indivíduos demorar bastante tempo, até anos, para decidir efetivamente mudar. O papel do profissional consiste em auxiliar o indivíduo a identificar os benefícios da mudança, procurando aumentar a sua motivação para avançar no processo (Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurren et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

A fase de preparação/decisão, surge quando o indivíduo reconhece as vantagens da mudança e os impactos negativos do seu comportamento atual. Nesta etapa, começam a ser definidos objetivos concretos e compromissos em relação à mudança. O profissional deve apoiar a pessoa na análise das suas circunstâncias, ajudar a desenvolver um plano estruturado de mudança, identificar obstáculos potenciais e colaborar na criação de estratégias para superá-los (Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurren et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Durante a fase de ação, os indivíduos implementam ativamente estratégias para modificar os seus comportamentos e ambientes. Aqui, o profissional deve concentrar-se em estabelecer metas claras, desenvolver métodos eficazes de mudança, reconhecer e valorizar pequenas conquistas e oferecer suporte contínuo para que a pessoa alcance os objetivos traçados (Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurren et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

A etapa de manutenção caracteriza-se pelo esforço contínuo para consolidar as mudanças alcançadas durante a ação. Nesta fase, o foco está na prevenção de recaídas, com o indivíduo a aprender a identificar situações de risco e sinais de alerta. É comum que ocorram recaídas, o que os leva a regressarem a etapas anteriores antes de estabilizarem. O papel do profissional consiste em apoiar a identificação de fatores de risco, reforçar comportamentos positivos e valorizar os progressos obtidos (Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurren et al., 1998; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

Por último, na fase de recaída, muitas pessoas encontram dificuldades em manter as mudanças e podem regressar aos comportamentos anteriores. O modelo enfatiza que as recaídas são uma parte normal do processo e não devem ser encaradas como falhas definitivas. Em vez disso, são vistas como oportunidades para reforçar o compromisso com a mudança, ajudando o indivíduo a avançar de forma mais consistente no processo (Brownell et al., 1986; Hemphill & Howell, 2000; Levy, 1997; McMurren et al., 1998; Norcross, 2010; Prochaska & DiClemente, 1982; Prochaska & DiClemente, 1983; Prochaska & DiClemente, 1986; Williamson et al., 2003).

A adoção de uma abordagem transteórica implica que o terapeuta e o cliente concordem, ainda que de forma implícita, sobre o nível a que um problema será atribuído e o nível em que ambos trabalharão para mudar um comportamento problemático (Casey et al., 2005).

Está amplamente demonstrado que clientes motivados apresentam resultados terapêuticos significativamente superiores aos daqueles que não estão motivados para participar na terapia (Hiller et al., 2002; Longshore & Teruya, 2006). Adicionalmente, a motivação tem sido associada ao aumento do envolvimento nos programas, contribuindo diretamente para a sua eficácia (Polaschek, 2019).

No contexto da reinserção social, esta motivação frequentemente apresenta desafios específicos, já que muitos agressores se encontram nas fases iniciais, como pré-contemplação ou contemplação, caracterizadas por pouca intenção ou apenas reflexões iniciais sobre mudanças comportamentais (Devereux, 2009). Day et al. (2006) destacam que a maioria dos agressores demonstra ambivalência em relação à mudança, o que exige abordagens que explorem e fortaleçam a prontidão para a mudança, promovendo o compromisso e a persistência no processo.

De facto, muitos indivíduos iniciam os programas de intervenção sem reconhecerem a existência de um problema ou sem sentirem necessidade de alterar os seus comportamentos (Day et al., 2006). É comum que minimizem os danos causados, justifiquem as suas ações ou culpem fatores externos (Pence & Paymar, 1993; Dutton, 1986). Esta falta de responsabilização inicial pode comprometer o envolvimento no processo e torna evidente que, para alguns, o problema a resolver é definido por terceiros, como tribunais, técnicos, familiares, e não pelo próprio (Day et al., 2006).

Outro aspeto crítico a considerar prende-se com a natureza coerciva da intervenção. Os ofensores estão sujeitos a intervenções e acompanhamentos por obrigação legal, e não por iniciativa própria. Nestes casos, a motivação verbalizada pode refletir não tanto um desejo intrínseco de mudança, mas sobretudo pressões institucionais ou familiares, sendo, portanto, de natureza extrínseca (Deci & Ryan, 2000). A evidência sugere que este tipo de motivação é menos preditiva de envolvimento genuíno e da eficácia do tratamento, em comparação com a motivação intrínseca dos indivíduos que procuram apoio voluntariamente (Maldonado & Murphy, 2018).

No entanto, a literatura tem vindo a evidenciar que a ambivalência inicial não deve ser interpretada como uma ausência de potencial para a mudança, mas antes como uma etapa natural e expectável no percurso de reestruturação cognitiva e comportamental dos ofensores (Serin & Lloyd, 2009). A reflexão sobre o comportamento desajustado e as suas consequências surge, muitas vezes, apenas após a vivência de experiências negativas significativas, como a detenção, a perda de vínculos familiares ou a exposição a contextos institucionais restritivos, que funcionam como catalisadores para uma maior consciência crítica (Serin & Lloyd, 2009). Contudo, mesmo após este reconhecimento, são comuns os sentimentos de dúvida, resistência ou desconfiança em relação à possibilidade de mudança efetiva, o que reforça a

importância de uma abordagem individualizada, progressiva e centrada na relação técnica (Serin & Lloyd, 2009).

Importa lembrar que a mudança não é um processo linear (Prochaska & DiClemente, 1986). Merrill et al. (1999) concluíram que, para muitos ofensores, são precisas várias tentativas de tratamento até que ocorra uma mudança significativa. Contudo, há ainda uma necessidade emergente de mais investigação empírica sobre a forma como os ofensores evoluem ao longo dos diferentes estágios de mudança, de forma a desenvolver respostas mais eficazes e ajustadas às suas realidades (Young, 2015).

Neste processo, a relação com o técnico de reinserção assume um papel central. Maruna (2001) aponta que, embora muitos ofensores manifestem verbalmente o desejo de reconstruir as suas vidas, sentem-se presos a ciclos de estigmatização e exclusão, o que enfraquece a autodeterminação. A construção de uma relação de confiança, assente na escuta ativa, na validação das dificuldades e na definição de metas realistas, pode contrariar essa perceção de impotência e facilitar o investimento num novo projeto de vida (Maruna, 2001).

Relação e motivação para a mudança

A literatura internacional tem vindo a destacar a importância da relação e da motivação como elementos cruciais no sucesso das intervenções e na promoção de trajetórias de mudança, nomeadamente na diminuição da reincidência criminal (Barry, 2007; Delude et al., 2012; Rex, 1999; Rowe & Soppitt, 2014).

Em estudos realizados com pessoas que participam em programas para violência entre parceiros íntimos e de abuso de drogas, os participantes com maior motivação tinham maior probabilidade de desenvolver uma relação/aliança positiva com o terapeuta (Meier et al., 2005; Taft et al., 2004). Por outro lado, ofensores que caracterizam a sua relação com o técnico de *probation* como hostil ou autoritária têm menos probabilidades de cumprir as condições das suas penas e medidas (Blasko et al., 2015; Sloas et al., 2020; Vidal & Woolard, 2015). Quando os terapeutas demonstram empatia e colaboração, além de serem diretos, os ofensores tendem a responder de forma mais positiva ao programa, experienciando maior motivação e promovendo mudanças comportamentais mais significativas (Marshall & Serran, 2004; Polaschek & Ross, 2010; Ross et al., 2008).

Além disso, pesquisas indicam que a motivação para a mudança pode aumentar ao longo do tratamento (Barrett et al., 2003) e que a relação entre terapeuta-cliente atua como mediadora entre a motivação para mudar e as mudanças comportamentais (Kozar & Day, 2012).

Estudos apontam que os técnicos podem desempenhar um papel crucial no fortalecimento da motivação dos ofensores, ajudando-os a desenvolver fatores facilitadores da mudança através do apoio prático e do reforço de novas perspectivas (Giordano et al., 2002). Embora a motivação para mudar possa estar presente desde o início, a relação com o técnico pode ser determinante na sua consolidação, ao traduzir esse desejo em ação e crescimento (Buck, 2017; Giordano et al., 2002). Assim, a aliança de trabalho parece emergir como um processo relacional e dinâmico, onde técnico e ofensor se encontram num esforço conjunto pela mudança.

Esta evidência empírica é coerente com os pressupostos do Modelo RNR, nomeadamente com o princípio da responsividade, que evidencia a necessidade e importância de adaptar as intervenções às características individuais de cada ofensor, como o seu nível de motivação, estilo de aprendizagem e capacidades interpessoais. À luz deste princípio, a construção de uma aliança de trabalho sólida e o reforço da motivação surgem como elementos fundamentais para garantir a responsividade, favorecendo o envolvimento do ofensor, a adesão ao processo e, consequentemente, a redução da reincidência (Andrews et al., 1990; Andrews et al., 2011; Bonta & Andrews, 2007).

Em Portugal, Pires (2023) conduziu um estudo que teve como objetivo analisar a relação entre a qualidade da aliança de trabalho e a motivação para a mudança em jovens delinquentes sujeitos a medidas de internamento em Centro Educativo. Esta investigação revelou-se particularmente relevante ao preencher uma lacuna significativa na literatura científica, tanto nacional como internacional, no que respeita à exploração destas variáveis em contextos de justiça juvenil. Os resultados evidenciaram que uma aliança de trabalho mais sólida com o técnico está positivamente associada a níveis mais elevados de motivação para a mudança (Pires, 2023).

A investigação sobre esta temática continua a ser limitada, especialmente no que respeita à compreensão aprofundada desta dinâmica, particularmente no contexto da justiça criminal. Poucos estudos se debruçam sobre os desafios inerentes ao desenvolvimento e manutenção de relações positivas com esta população, bem como

sobre a necessidade de vínculos significativos como facilitadores do processo de mudança (Gelso, 2014).

Além disso, embora muitos profissionais defendam a relevância da aliança de trabalho, os resultados empíricos que sustentam a sua eficácia ainda são limitados e, por vezes, inconsistentes (Burnett & McNeill, 2005; Kozar, 2012). Esta falta de consenso pode refletir as especificidades do contexto forense, que difere substancialmente do ambiente terapêutico tradicional, exigindo, por isso, abordagens e teorias de mudança adaptadas à sua realidade (Magaletta & Verdeyen, 2005; Kozar, 2012).

Neste contexto, apesar da crescente atenção dada às intervenções em contexto de execução de penas e medidas na comunidade, torna-se evidente a escassez de investigação empírica que explore a perceção sobre a relação com o Técnico de Reinserção Social e a motivação para a mudança. Também em Portugal, estes aspetos permanecem pouco explorados, sobretudo no contexto da execução de penas e medidas na comunidade, o que sublinha a importância de aprofundar o conhecimento sobre estas dinâmicas e o seu impacto no processo de reinserção social.

O Presente Estudo

O presente estudo tem como principal objetivo explorar a relação entre a motivação para a mudança e as perceções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social, em pessoas que se encontram a cumprir penas e medidas na comunidade. Mais especificamente, pretende-se:

- Caracterizar a fase e o grau de motivação para a mudança de pessoas em cumprimento de penas e medidas na comunidade;
- Caracterizar as perceções das pessoas em cumprimento de penas e medidas na comunidade após uma sessão com os seus Técnicos de Reinserção Social, acerca da relação com o técnico, da partilha de objetivos e tópicos da sessão, abordagem e método e avaliação da sessão em geral;
- Analisar a relação entre as perceções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e os níveis de motivação para a mudança.
- Comparar as perceções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social entre fases de motivação para a mudança;

- Verificar se o tempo de acompanhamento está relacionado com as percepções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e a motivação para a mudança.

A relevância científica deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre os fatores relacionais e motivacionais que influenciam os percursos de reinserção de pessoas em cumprimento de penas e medidas na comunidade. A nível prático, os resultados poderão fornecer orientações úteis para a intervenção técnica, promovendo abordagens mais individualizadas, colaborativas e eficazes, sustentadas na evidência empírica. Neste sentido, este estudo poderá representar um contributo para a melhoria contínua das práticas dos Técnicos de Reinserção Social e, em última análise, para o reforço das políticas públicas de justiça e reinserção.

Método

Participantes

A amostra deste estudo foi composta por 50 pessoas a cumprir penas e medidas de execução na comunidade, acompanhadas por Técnicos de Reinserção Social de três Equipas de Reinserção Social da região de Setúbal.

Dos 50 participantes, a maioria eram do sexo masculino e os restantes do sexo feminino (Tabela 1), com idades compreendidas entre os 23 e os 68 anos ($M=41.66$; $DP=12.20$).

Tabela 1

Dados Sociodemográficos (n=50)

		<i>n</i>	%
Sexo	Masculino	42	84
	Feminino	8	16
Nível de Escolaridade	1º Ciclo	5	10
	2º Ciclo	13	26
	3º Ciclo	10	20
	Curso Técnico/Formação Profissional	5	10
	Ensino Secundário	9	18
	Ensino Superior	8	16
Situação Profissional	Desempregado	10	20
	Empregado	34	68
	Estudante	2	4
	Reformado	4	8

No que respeita ao tipo de medida em execução, a maioria ($n=43$; 86%) encontrava-se a cumprir Suspensão de Execução da Pena de Prisão, enquanto 4 participantes (8%) cumpriam Liberdade Condicional e 3 (6%) estavam em Suspensão Provisória do Processo. A duração das medidas variava entre nove e 60 meses

($M=37.20$; $DP=15.65$), tendo iniciado, em média, há 19.62 meses ($DP=14.49$), variando entre um e 60 meses.

O tempo de acompanhamento pelo técnico responsável variava entre um e 58 meses ($M=15.00$; $DP=13.56$). Verificou-se que 90% dos participantes ($n=45$) não tinham sido acompanhados previamente pelo mesmo técnico no âmbito de outra medida, enquanto 10% ($n=5$) já haviam tido acompanhamento anterior.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

No âmbito do presente estudo, foi elaborado um breve questionário sociodemográfico com o objetivo de recolher informações sobre as características dos participantes. Este instrumento inclui questões relativas à idade, género, nível de escolaridade e situação profissional. Inclui ainda perguntas sobre a situação jurídico-penal dos participantes, nomeadamente o tipo de medida/pena, respetiva duração, data de início e tempo de acompanhamento.

University of Rhode Island Change Assessment (URICA)

A *University of Rhode Island Change Assessment (URICA)*, desenvolvida por McConaughy et al. (1983) e adaptada para a população portuguesa por Lopes et al. (2011), é um instrumento de autopreenchimento que avalia a motivação para a mudança, com base no Modelo Transteórico da Mudança de Prochaska e DiClemente (1983). O questionário é composto por 32 itens, avaliados numa escala de Likert de três pontos (Discorda; Concorda; Concorda Totalmente).

A URICA permite avaliar quatro estádios de motivação, através de um conjunto de 8 itens – “Pré-contemplação” (itens 1, 5, 11, 13, 23, 26, 29 e 31), “Contemplação” (itens 2, 4, 8, 12, 15, 19, 21 e 24), “Ação” (itens 3, 7, 10, 14, 17, 20, 25 e 30) e “Manutenção” (itens 6, 9, 16, 18, 22, 27, 28 e 32). A fase predominante de cada participante pode ser determinada pela subescala com maior pontuação (Lopes et al., 2011; McConaughy et al., 1983).

A nível das propriedades psicométricas, no presente estudo, o questionário apresentou um Alfa de *Cronbach* de 0.74 para a subescala “Pré-contemplação, e na subescala “Contemplação” verificou-se um valor de 0.86. Para a subescala “Ação” confirmou-se um valor de 0.86. e, para subescala “Manutenção” de 0.85.

Session Rating Scale (SRS)

A *Session Rating Scale* (SRS), desenvolvida por Duncan et al. (2003) e adaptada para utilização em Portugal por Pires (2023), com base na tradução de Durnescu (2020), é uma escala de aliança breve, composta por quatro itens. É aplicada no final de cada sessão, com o objetivo de aferir a perceção de satisfação do participante em relação à mesma.

Os quatro itens avaliam as dimensões “Relação”, “Objetivos e Tópicos”, “Abordagem e Método” e “Geral”, e cada item obtém uma pontuação de um a 10. O primeiro item classifica a sessão a partir de “Não me senti ouvido, compreendido e respeitado” até “Senti-me ouvido, compreendido e respeitado”. O segundo item classifica a sessão a partir de “não trabalhámos nem falámos sobre aquilo que eu queria trabalhar e falar” até “Trabalhámos e falámos sobre aquilo que eu queria trabalhar e falar”. O terceiro item classifica a sessão a partir de “A abordagem do técnico não se ajusta a mim” até “A abordagem do técnico ajusta-se a mim”. E, por fim, o quarto item classifica a sessão a partir de “Faltou qualquer coisa na sessão de hoje” até “Em geral, hoje foi uma boa sessão” (Duncan et al., 2003).

A pontuação total pode variar entre zero e 40, sendo que valores inferiores a 36, ou inferiores a 9 em qualquer item, podem ser preocupantes. No presente estudo obteve-se um Alfa de *Cronbach* 0.91.

Procedimento

O presente estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Egas Moniz. A recolha de dados decorreu em Equipas de Reinserção Social da DGRSP. Os participantes foram convidados a colaborar no final de uma sessão de acompanhamento com o seu Técnico de Reinserção Social, após terem sido devidamente informados sobre os objetivos do estudo e o conteúdo dos instrumentos. A participação foi voluntária e sujeita à assinatura do consentimento informado.

Os questionários foram de autopreenchimento e, para garantir a confidencialidade, não foram recolhidos dados identificativos. A cada participante foi atribuído um código, assegurando o anonimato.

Posteriormente à recolha de dados, recorreu-se ao programa de análise estatística *IMB SPSS Statistics* para tratamento e análise dos dados, de forma a responder aos objetivos da investigação.

Resultados

De acordo com os objetivos específicos do estudo, a fim de se analisar a satisfação com a sessão, a motivação para a mudança e o estágio motivacional, procederam-se a análises descritivas. Adicionalmente, para avaliar a relação entre a percepção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção social e os níveis motivação para a mudança, assim como o tempo de acompanhamento, efetuaram-se cálculos do coeficiente de correlação de *Pearson*. Por fim, recorreu-se ao teste não paramétrico de *Mann-Whitney* para comparar a percepção da sessão com o Técnico e o tempo de acompanhamento entre as fases de motivação para a mudança.

Análises Descritivas

Inicialmente, para caracterizar a amostra em termos das pontuações totais obtidas em cada um dos instrumentos e respectivas subescalas, foram calculadas as médias através de estatísticas descritivas.

Na Tabela 2 são apresentadas as pontuações médias obtidas no total da SRS (*Session Rating Scale*) e nos seus itens individuais, uma vez que cada item avalia uma dimensão específica da sessão. Os valores mínimos das subescalas variaram entre 4 pontos, na subescala “Relação”, e 5 pontos nas restantes subescalas, enquanto os valores máximos foram de 10 pontos em todas as subescalas. Relativamente ao nível de satisfação com a sessão, as pontuações variaram entre 22 e 40 pontos. O item "Geral" registou a média mais elevada, enquanto o item "Objetivos e Tópicos" apresentou a menor pontuação média.

Tabela 2

Análise descritiva da SRS (n=50)

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Relação	9.62	1.06	4	10
Objetivos e Tópicos	9.58	0.95	5	10
Abordagem e Método	9.60	1.03	5	10
Geral	9.68	0.97	5	10
Total	38.48	3.57	22	40

A Tabela 3 apresenta as pontuações médias das subescalas da URICA (*University of Rhode Island Change Assessment*). A subescala "Contemplação" registou a média mais elevada, enquanto a subescala "Pré-Contemplação" registou a menor. Adicionalmente, as subescalas "Contemplação" e "Ação" atingiram a pontuação máxima possível.

Tabela 3

Análise descritiva da URICA (n=50)

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Pré-Contemplação	11.00	3.11	8	19
Contemplação	17.36	3.86	8	24
Ação	17.34	4.05	9	24
Manutenção	11.76	3.81	8	23

A Tabela 4 apresenta o estágio motivacional em que cada participante se encontra. Considerou-se a fase menos avançada, quando os participantes pontuavam o mesmo em duas subescalas. Verificou-se que a maioria dos participantes se encontram na “Contemplação” e que nenhum se encontra na “Manutenção”.

Tabela 4

Análise descritiva do Estádio Motivacional (n=50)

	<i>n</i>	%
Pré-Contemplação	6	12
Contemplação	24	48
Ação	20	40

Correlação entre as percepções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e Motivação para a Mudança

Correlacionaram-se os totais dos instrumentos e das respetivas subescalas, através do cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*. Não se observaram correlações estatisticamente significativas entre as subescalas “Relação”, “Objetivos e

Tópicos”, “Abordagem e Métodos”, “Geral” e o total da SRS e as subescalas “Pré-contemplação”, “Contemplação”, “Ação” e “Manutenção” da URICA.

Correlação entre as percepções acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e tempo de acompanhamento

As correlações entre a SRS e o tempo de acompanhamento podem ser consultadas na Tabela 5. Tendo em consideração as pontuações entre a SRS e o tempo de acompanhamento, verificaram-se unicamente correlações negativas. Especificamente, observaram-se correlações estatisticamente significativas entre a subescala “Relação” da SRS e tempo de acompanhamento ($p=.003$), o que significa que quanto maior o tempo de acompanhamento, menor a percepção de respeito e compreensão em relação à sessão. O mesmo se verificou entre a subescala “Abordagem e Método” da SRS e tempo de acompanhamento ($p=.016$), ou seja, quanto maior o tempo de acompanhamento, menor a percepção de ajustamento entre a pessoa e o técnico. Entre a subescala “Geral” da SRS e o tempo de acompanhamento ($p=.048$) verificou-se que quando o tempo de acompanhamento é maior, diminui a avaliação global da sessão. Por último, entre a subescala “Total” da SRS e o tempo de acompanhamento ($p=.009$) observou-se que quando o tempo de acompanhamento é maior, diminui a percepção geral da relação com o Técnico de Reinserção Social. Não se verificaram correlações estatisticamente significativas entre a subescala “Objetivos e Tópicos” da SRS e tempo de acompanhamento.

Tabela 5

Correlações entre as pontuações da SRS e o tempo de acompanhamento

	Tempo de acompanhamento
Relação	-.406**
Abordagem e Método	-.340*
Geral	-.281*
Total	-.365**

** $p<.01$; * $p<.05$

Comparação entre fases de Motivação para a Mudança e percepção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social

De modo a realizar comparações entre grupos mais homogêneos das fases de motivação para a mudança, agrupou-se a “Pré-contemplação” ($n=6$) e a “Contemplação” ($n=24$), passando assim a existir apenas dois grupos, “Pré-contemplação/Contemplação” ($n=30$) e “Ação” ($n=20$). De seguida, para avaliar se existe diferença significativa entre as fases de motivação para a mudança, relativamente à percepção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e o tempo de acompanhamento, foi utilizado o teste de *Mann-Whitney*¹. Não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre o grupo “Pré-contemplação/Contemplação” e o grupo “Ação”, em nenhuma das subescalas da SRS, ($U=252, z=1.49, p=.136$).

Comparação entre fases de Motivação para a Mudança e tempo de acompanhamento

No que se refere ao tempo de acompanhamento, observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre o grupo “Pré-contemplação/Contemplação” e o grupo “Ação”, ($U=158.50, z=2.81, p=.005$). Verificou-se assim que, o grupo “Ação” ($M=22.40; DP=15.51$) apresentou um tempo de acompanhamento significativamente mais longo que o grupo “Pré-contemplação/Contemplação” ($M=10.07; DP=9.51$).

¹Optou-se por este teste não paramétrico, pois não estavam reunidos os critérios necessários ao uso da alternativa paramétrica *T-Student*, visto que a amostra é pequena e as variáveis dependentes não seguiam uma distribuição normal.

Discussão

A presente investigação teve como principal objetivo analisar a relação entre as percepções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e a motivação para a mudança, em indivíduos que se encontram a cumprir penas e medidas na comunidade. Procurou-se, de forma complementar, verificar se o tempo de acompanhamento estaria relacionado com a satisfação face à sessão e com a motivação para a mudança. Os resultados obtidos permitiram identificar várias tendências relevantes, sendo agora discutidos à luz da literatura científica existente.

De forma geral, os participantes revelaram um nível elevado de satisfação em relação à sessão com o Técnico de Reinserção Social, com especial destaque para os itens relacionados com a percepção de respeito, compreensão e a avaliação global da relação. Estes dados são consistentes com a literatura que aponta para a importância da qualidade da relação entre técnico de *probation* e ofensor no cumprimento de penas e medidas na comunidade (Blasko et al., 2015; Morash et al., 2014; Walters, 2016).

Nos contextos de acompanhamento involuntário, característicos da reinserção social, o técnico desempenha um papel duplo e complexo, pois para além de proporcionar apoio, assume também funções de controlo e vigilância, com objetivos frequentemente definidos sem a cooperação direta do ofensor e com limitações na confidencialidade do processo (Sturm et al., 2020; Trotter, 2015). Esta dualidade implica desafios únicos para a construção da aliança terapêutica, contudo a investigação indica que é possível estabelecer relações positivas mesmo nestas circunstâncias (Tatman & Love, 2010).

Estudos empíricos demonstram que relações positivas entre técnicos e ofensores estão associadas a melhores resultados, incluindo maior envolvimento no acompanhamento e menores taxas de reincidência (Trotter, 2015; Skeem et al., 2007) e que, uma relação baseada na empatia, respeito e apoio contribui significativamente para o sucesso da intervenção (Rex, 1999). De igual modo, os resultados estão de acordo com outros estudos que referem que os ofensores apresentam elevados níveis de satisfação com o acompanhamento dos técnicos (Alarid & Jones, 2018; Delude et al., 2012; Holm et al., 2024). Assim, é plausível considerar que a elevada satisfação observada na presente amostra pode estar relacionada com a adoção de práticas centradas no ofensor e promotoras de uma relação de trabalho positiva.

No que concerne à motivação para a mudança, as fases predominantes nesta amostra, são a contemplação e a ação. Este resultado sugere que alguns indivíduos em acompanhamento podem encontrar-se num momento de ambivalência face à mudança, ponderando os custos e benefícios da mesma, enquanto outros implementam ativamente estratégias para modificar os seus comportamentos. Tal é congruente com o MTM, segundo o qual as pessoas passam por diferentes estágios antes de consolidarem comportamentos mais adaptativos (Prochaska & DiClemente, 1986), podendo saltar ou regressar a fases anteriores (Yong et al. 2015).

De facto, a fase de contemplação é caracterizada por uma consciência crescente da necessidade de mudança, embora ainda sem compromisso claro (Hemphill & Howell, 2000; Prochaska & DiClemente, 1986). A literatura reforça que este é um momento crucial da intervenção, pois representa uma oportunidade para o reforço do discurso de mudança (*change-talk*), através de interações motivacionais que favorecem o desenvolvimento do desejo de mudança ao explorarem e ampliarem a ambivalência do ofensor (Miller & Rollnick, 2013).

Importa ainda salientar que nenhum participante se encontrava na fase de manutenção, o que poderá indicar que os comportamentos desejados ainda não foram plenamente consolidados ou estabilizados ao ponto de serem mantidos de forma consistente ao longo do tempo. Esta ausência poderá refletir a complexidade dos processos de mudança em contextos de justiça, onde fatores individuais, sociais e institucionais podem dificultar a consolidação de padrões comportamentais mais adaptativos. Segundo Prochaska e DiClemente (1986), a fase de manutenção exige um compromisso sustentado e estratégias eficazes de prevenção de recaída, sendo geralmente alcançada após períodos prolongados de mudança ativa, o que poderá não ser ainda o caso da maioria dos participantes.

Curiosamente, os resultados não revelaram uma associação significativa entre a percepção acerca da sessão com o Técnico de Reinserção Social e a motivação para a mudança. Este resultado, embora inesperado, pode ser compreendido à luz da complexidade que envolve a motivação individual. Ainda que uma relação de qualidade entre técnico e ofensor seja essencial para o envolvimento no processo e satisfação com o mesmo, ela não garante, por si só, que o ofensor se encontre numa fase motivacional mais avançada e que, consequentemente, experiencie uma maior motivação para a mudança.

Como referido por Walters et al. (2007), a criação de uma relação empática e respeitosa constitui apenas a base para a mudança, sendo necessária a mobilização ativa do discurso motivacional. Assim, a ausência de uma relação direta poderá sugerir que, apesar da satisfação com o técnico, a motivação depende de outros fatores intrínsecos, como experiências anteriores, características da personalidade ou a percepção de autoeficácia (Pasyk et al., 2023). Embora a relação entre técnico e ofensor seja considerada crucial para o sucesso do processo de mudança (Fahlgren et al., 2020), investigação revela que a mudança a longo prazo tem mais probabilidades de ocorrer por razões intrínsecas (Deci & Ryan, 1985).

Além disso, a eficácia do acompanhamento depende da interação dinâmica entre as circunstâncias pessoais do ofensor, o seu compromisso com a mudança e o suporte prestado pelo técnico, nomeadamente através de reforço positivo e encorajamento, elementos que promovem esperança e otimismo (Kirkwood, 2021). Fatores contextuais, como o acesso a emprego, habitação e aceitação social, também influenciam significativamente os resultados do acompanhamento e a desistência do comportamento delinquente (Kirkwood, 2021).

Importa ainda reconhecer que, frequentemente, os ofensores interpretam o seu comportamento como consequência de dificuldades práticas, como problemas financeiros ou consumo de substâncias, valorizando intervenções que respondam diretamente a essas necessidades (Barry, 2000). Nesse sentido, baixos níveis de motivação não implicam necessariamente uma deterioração da relação técnica, esta pode manter-se sólida e funcional mesmo quando a motivação é reduzida (Sturm et al., 2019).

Relativamente ao tempo de acompanhamento, os resultados indicaram que quanto maior o tempo de acompanhamento, menor é a percepção de respeito e compreensão por parte do técnico, menor o ajustamento percebido entre o técnico e o ofensor, e menor a avaliação geral da sessão. Este resultado pode ser interpretado à luz daquilo que Clark (2006) descreve como uma tendência para a estagnação ou desgaste da relação entre técnico e ofensor ao longo do tempo. Este fenómeno pode ser entendido como uma forma de “fadiga da supervisão”, especialmente quando não há renovação das estratégias de intervenção e quando os métodos de intervenção não são adaptados às necessidades e à fase motivacional do indivíduo. Estudos sobre modelos de *probation* baseados na evidência, como o EPICS (*Effective Practices in Community Supervision*)

(Latessa et al., 2013) e o STARR (*Staff Training Aimed at Reducing Re-arrest*) (Robinson et al., 2012), demonstram que a formação inicial dos técnicos, sem acompanhamento contínuo, tende a produzir efeitos decrescentes ao longo do tempo. A monitorização e feedback regulares são essenciais para a manutenção das competências relacionais e técnicas, prevenindo a adoção de estilos burocráticos e menos responsivos (Labrecque et al., 2013; Latessa & Smith, 2011). De forma consistente, estudos apontam para o comprometimento da eficácia do acompanhamento quando não há reforço sistemático das práticas aprendidas (Labrecque et al., 2022; Lowenkamp et al., 2012). Neste sentido, é compreensível que os ofensores passem a perceber menor empatia e envolvimento nas sessões mais tardias, quando essas práticas não são mantidas de forma consistente. Estes resultados salientam a importância da supervisão e formação contínuas para garantir a continuidade e qualidade das intervenções no acompanhamento de penas e medidas na comunidade.

Paralelamente, é também plausível considerar que os indivíduos com menor tempo de acompanhamento manifestem uma percepção mais positiva por efeito da desejabilidade social, manifestando respostas mais favoráveis por estarem ainda numa fase inicial da relação com o técnico, onde existe maior investimento emocional, expectativas elevadas ou um desejo de causar boa impressão (Paulhus, 2002). Esta hipótese ressalta a importância de interpretar os dados à luz do contexto relacional e temporal do acompanhamento, reforçando a necessidade de abordagens individualizadas e sustentadas ao longo do tempo.

Adicionalmente, verificou-se que indivíduos na fase de ação apresentavam, em média, um tempo de acompanhamento superior aos indivíduos nas fases de pré-contemplação e contemplação. Este resultado corrobora a lógica de que o progresso ao longo das fases de mudança pode estar associado a uma maior exposição à intervenção. A literatura indica que a progressão para a fase de ação requer tempo, apoio técnico consistente e abordagens estruturadas, pois a prontidão para a mudança é construída gradualmente através de interações repetidas que valorizam e respeitam a autonomia do ofensor e o guiam para a reflexão e o compromisso (Miller & Rollnick, 2013). Assim, o facto de o grupo na fase da ação apresentar um tempo de acompanhamento superior pode refletir o efeito sucessivo de intervenções eficazes que favorecem, ainda que de forma limitada, a motivação para a mudança e, conseqüentemente, o planeamento e execução de mudanças comportamentais. Esta dinâmica é consistente com a perspetiva

de Ginsburg et al. (2002), que enfatizam a importância da manutenção de práticas relacionais responsivas como fator determinante para a continuidade da mudança ao longo do tempo, ajudando a prevenir recaídas e a mitigar a falta de motivação dos participantes.

Importa ainda destacar que, embora o tempo de acompanhamento possa favorecer o avanço da fase motivacional, este mesmo tempo parece comprometer a percepção relacional com o técnico. Tal ambivalência reforça a necessidade de formação contínua e supervisão técnica dos profissionais, de forma a manter a qualidade da relação ao longo do tempo e a promover uma motivação para a mudança mais eficaz. Técnicos que recebem supervisão regular e participam em formações especializadas demonstram maior capacidade para manter práticas centradas na pessoa, o que contribui para melhores resultados a longo prazo (Trotter, 2015). Além disso, a supervisão entre pares e a autoavaliação reflexiva podem ser estratégias úteis para minimizar o desgaste relacional e manter o foco nas necessidades do indivíduo em acompanhamento (Trotter, 2015).

Concluindo, satisfação com o acompanhamento revelou-se globalmente positiva, embora possa estar influenciada por fatores como a desejabilidade social, especialmente em fases iniciais da relação. Os participantes situaram-se maioritariamente nas fases de contemplação e ação, refletindo um momento de ambivalência e início de mudança. A ausência de relação entre satisfação e motivação pode refletir a complexidade do processo de mudança, enquanto o impacto do tempo de acompanhamento sobre a percepção relacional realça a importância de investimento contínuo nos profissionais.

Limitações

Apesar da relevância dos resultados, esta investigação apresenta limitações. A principal diz respeito ao tamanho reduzido e natureza da amostra, limitada a uma determinada região geográfica, o que limita a generalização dos resultados e que não pode ser considerada representativa da população do sistema penal português. Além disso, o estudo baseou-se em medidas autorreportadas, que podem estar sujeitas a enviesamentos de desejabilidade social e podem ter sido influenciadas pelo receio de que as respostas dadas fossem partilhadas com os seus técnicos e que pudessem agravar a sua situação judicial. Outra limitação relevante deste estudo prende-se com o seu delineamento transversal, o qual impossibilita o estabelecimento de relações causais

entre as variáveis, permitindo apenas a observação de associações num determinado momento temporal.

Adicionalmente, importa referir que o instrumento utilizado para avaliar a satisfação com a sessão, o *Session Rating Scale* (Duncan et al., 2003), é uma medida extremamente breve, composta por apenas quatro itens, o que, embora facilite a aplicação e compreensão por parte dos participantes, pode limitar a profundidade e sensibilidade da avaliação da relação terapêutica, dos objetivos e temas abordados, da abordagem utilizada e da satisfação geral com a sessão. Esta simplicidade pode não captar nuances importantes da qualidade da relação entre técnico e ofensor, o que deve ser tido em conta na interpretação dos resultados.

Implicações Práticas

Os resultados obtidos têm implicações práticas relevantes para os contextos de intervenção e reinserção social. A elevada satisfação expressa pelos participantes relativamente ao acompanhamento técnico destaca a importância de promover abordagens centradas na pessoa e baseadas em evidência. Intervenções que priorizam a qualidade da relação técnica, como a entrevista motivacional, bem como programas estruturados como o EPICS (Latessa et al., 2013) e o STARR (Robinson et al., 2012), mostram-se particularmente adequadas, uma vez que valorizam o envolvimento ativo da pessoa, a responsividade às suas necessidades e a utilização de técnicas orientadas para a mudança.

A associação observada entre maior tempo de acompanhamento e uma menor percepção da relação técnica sugere a necessidade de uma atenção contínua à qualidade das intervenções ao longo do tempo. Este resultado pode refletir um possível desgaste relacional ou uma menor intensidade na relação terapêutica à medida que o processo se prolonga, pelo que é necessário a promoção de momentos regulares de supervisão, autoavaliação e reflexão técnica entre os profissionais, com vista à manutenção de uma prática responsiva e ajustada às dinâmicas do acompanhamento. Por isso, torna-se fundamental a monitorização sistemática da qualidade relacional ao longo do tempo de acompanhamento, garantindo que a relação técnica se mantém eficaz e adaptada às necessidades do ofensor.

Adicionalmente, os resultados relativos à motivação para a mudança, com maior prevalência de participantes na fase de Contemplação, indicam que os profissionais

devem adaptar intencionalmente as suas estratégias à fase motivacional em que cada indivíduo se encontra. A aplicação de instrumentos como o URICA (McConaughy et al., 1983) pode constituir uma ferramenta útil para identificar essas fases e ajustar as intervenções de forma mais eficaz e personalizada. Esta adaptação é essencial para potenciar o envolvimento, a responsabilização e a progressão efetiva no percurso de mudança.

Estudos Futuros

Para estudos futuros, seria interessante a replicação desta investigação com amostras maiores e mais diversificadas, bem como a adoção de metodologias longitudinais que permitam acompanhar a evolução da motivação e das perceções ao longo do tempo. Seria também pertinente explorar variáveis moderadoras e mediadoras, como a qualidade da formação dos técnicos, o estilo de supervisão utilizado ou o perfil psicossocial dos indivíduos acompanhados. A inclusão de indicadores objetivos de sucesso, como taxas de reincidência ou cumprimento de planos de reinserção, poderá enriquecer a compreensão do impacto destas dimensões no processo de mudança. Estudos que combinem dados qualitativos e quantitativos poderão ainda aprofundar as dinâmicas relacionais e motivacionais de forma mais rica e contextualizada.

O trabalho técnico em contexto de reinserção social exige mais do que o cumprimento de procedimentos técnicos e de supervisão. Requer uma intervenção relacional, empática, motivacional e adaptada às necessidades e estágio de mudança de cada indivíduo. Só assim será possível maximizar o potencial reabilitador e transformador das penas e medidas na comunidade e contribuir para processos de mudança sustentados e significativos.

Referências

- Ackerman, S. J., & Hilsenroth, M. J. (2003). A review of therapist characteristics and techniques positively impacting the therapeutic alliance. *Clinical Psychology Review*, 23, 1–33. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(02\)00146-0](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(02)00146-0)
- Alarid, L. F., & Jones, M. (2018). Perceptions of offender satisfaction on probation and supervised release with STARR skill sets. *Federal Probation*, 82(1), 37–54. Administrative Office of the United States Courts. <https://11nq.com/Dk2fl>
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Hoge, R. D. (1990). Classification for effective rehabilitation: Rediscovering psychology. *Criminal Justice and Behavior*, 17, 19–52. <https://doi.org/10.1177/0093854890017001004>
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & Delinquency*, 52, 7–27. <https://doi.org/10.1177/0011128705281756>
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Wormith, J. S. (2011). The risk-need-responsivity (RNR) model: Does adding the good lives model contribute to effective crime prevention? *Criminal Justice and Behavior*, 38(7), 735–755. <https://doi.org/10.1177/0093854811406356>
- Barrett, M., Wilson, R. J., & Long, C. (2003). Measuring motivation to change in sexual offenders from institutional intake to community treatment. *Sexual Abuse*, 15(4), 269–283. <https://doi.org/10.1177/107906320301500404>
- Barry, M. (2000). The mentor/monitor debate in criminal justice: “what works” for offenders. *British Journal of Social Work*, 30(5), 575–595. <https://doi.org/10.1093/bjsw/30.5.575>
- Barry, M. (2007). Listening and learning: The reciprocal relationship between worker and client. *Probation Journal*, 54(4), 407–422. <https://doi.org/10.1177/0264550507083539>
- Beard, J. I. L., & Delgadillo, J. (2019). Early response to psychological therapy as a predictor of depression and anxiety treatment outcomes: A systematic review and meta-analysis. *Depression and Anxiety*, 36(9), 866–878. <https://doi.org/10.1002/da.22931>

- Beck, P., & McGinnis, E. (2022). An exploration of the relationship between probation supervision and desistance: A systematic narrative review. *Irish Probation Journal*, 19.
https://pure.ulster.ac.uk/ws/portalfiles/portal/109545066/08_IPJ_Vol_19_An_Exploration.pdf
- Begun, A. L., Murphy, C., Bolt, D., Weinstein, B., Strodthoff, T., Short, L., & Shelley, G. (2003). Characteristics of the safe at home instrument for assessing readiness to change intimate partner violence. *Research on Social Work Practice*, 13(1), 80–107. <https://doi.org/10.1177/1049731502238758>
- Begun, A. L., Shelley, G., Strodthoff, T., & Short, L. (2001). Adopting a stages of change approach for individuals who are violent with their intimate partners. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 5(2), 105–127.
https://doi.org/10.1300/j146v05n02_07
- Beijersbergen, K. A., Dirkzwager, A. J. E., Eichelsheim, V. I., Van der Laan, P. H., & Nieuwbeerta, P. (2015). Procedural justice, anger, and prisoner's misconduct. *Criminal Justice and Behavior*, 42(2), 196–218.
<https://doi.org/10.1177/0093854814550710>
- Berry, F., & Piechocki, G. (2010). Maricopa revisited: Findings from a probationary offender study. *Southwest Journal of Criminal Justice*, 7(3), 325–340.
<https://eds.p.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=2&sid=b0dff842-0bb2-4572-ad40-f04acc49ea2f%40redis>
- Blanchette, K., & Brown, S. L. (2006). *The assessment and treatment of women offenders: An integrative perspective*. John Wiley & Sons.
- Blasko, B. L., Friedmann, P. D., Rhodes, A. G., & Taxman, F. S. (2015). The parolee–parole officer relationship as a mediator of criminal justice outcomes. *Criminal Justice and Behavior*, 42(7), 722–740.
<https://doi.org/10.1177/0093854814562642>
- Bonta, J., & Andrews, D. (2007). Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation. *Rehabilitation*, 6(1), 1–22.
<https://www.securitepublique.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/rsk-nd-rspnsvty/rsk-nd-rspnsvty-eng.pdf>

- Bordin, E. S. (1979). The generalizability of the psychoanalytic concept of the working alliance. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 16(3), 252–260.
<https://doi.org/10.1037/h0085885>
- Bordin, E. S. (1994). Theory and research on the therapeutic working alliance: New directions. *The Working Alliance: Theory, Research, and Practice*, 173, 13–37. Wiley & Sons.
- Botella, L., Corbella, S., Belles, L., Pacheco, M., María Gómez, A., Herrero, O., Ribas, E., & Pedro, N. (2008). Predictors of therapeutic outcome and process. *Psychotherapy Research*, 18(5), 535–542.
<https://doi.org/10.1080/10503300801982773>
- Brown, P. D., & O’Leary, K. D. (2000). Therapeutic alliance: Predicting continuance and success in group treatment for spouse abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68(2), 340–345. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.68.2.340>
- Brownell, E., Kozak, C. A., Fowle, R., Modi, W. S., Rice, N. R., & O’Brien, S. J. (1986). Comparative genetic mapping of cellular real sequences in man, mouse, and the domestic cat. *American Journal of Human Genetics*, 39, 194–202.
<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1683919/>
- Buck, G. (2017). I wanted to feel the way they did: Mimesis as a situational dynamic of peer mentoring by ex-offenders. *Deviant Behavior*, 38(9), 1027–1041.
<https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1237829>
- Burnett, R., & McNeill, F. (2005). The place of the officer-offender relationship in assisting offenders to desist from crime. *Probation Journal*, 52(3), 221–242.
<https://doi.org/10.1177/0264550505055112>
- Casey, S., Day, A., & Howells, K. (2005). The application of the transtheoretical model to offender populations: Some critical issues. *Legal and Criminological Psychology*, 10(2), 157–171. <https://doi.org/10.1348/135532505x36714>
- Clark, M. D. (2006). Motivational interviewing and the probation executive: moving into the business of behavior change. *Federal Probation*, 69(2).
- Connors, G. J., Carroll, K. M., DiClemente, C. C., Longabaugh, R., & Donovan, D. M. (1997). The therapeutic alliance and its relationship to alcoholism treatment

- participation and outcome. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65(4), 588–598. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.65.4.588>
- Day, A., Bryan, J., Davey, L., & Casey, S. (2006). The process of change in offender rehabilitation programmes. *Psychology, Crime & Law*, 12, 473–487. <https://doi.org/10.1080/10683160500151209>
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and self-determination in human behavior* (1st ed.). Springer US. <https://doi.org/10.1007/978-1-4899-2271-7>
- Deci, E. L., & Ryan, R. M. (2000). The “what” and “why” of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, 11(4), 227–268. https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1104_01
- Delude, B., Mitchell, D., & Barber, C. (2012). The probationer’s perspective on the probation officer-probationer relationship and satisfaction with probation. *Federal Probation*, 76(1), 35–39. <https://web.p.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&sid=21a661d2-67c9-4972-b91b-6a12c52d3236%40redis>
- DeSorcy, D. R., Olver, M. E., & Wormith, J. S. (2014). Working alliance and Its relationship with treatment outcome in a sample of aboriginal and non-aboriginal sexual offenders. *Sexual Abuse*, 28(4), 291–313. <https://doi.org/10.1177/1079063214556360>
- Devereux, R. (2009). Motivating offenders to attend (and benefit from) rehabilitative programmes: The development of a short motivational programme within New Zealand’s Department of Corrections. *Journal of the New Zealand College of Clinical Psychologists*, 19(3), 6–14. <https://nzccp.co.nz/assets/Uploads/Motivating-offenders-to-attend-rehabilitative-programmes.pdf>
- Dias-Barbosa, C., Balp, Kulich, K., Germain, N., & Rofail, D. (2011). A literature review to explore the link between treatment satisfaction and adherence, compliance, and persistence. *Patient Preference and Adherence*, 2012(6), 39–48. <https://doi.org/10.2147/ppa.s24752>

- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais | Justiça.gov.pt.* (2024). DGRSP.
<https://dgrsp.justica.gov.pt/>
- Dowden, C., & Andrews, D. A. (2004). The importance of staff practice in delivering effective correctional treatment: A meta-analytic review of core correctional practice. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 48(2), 203–214. <https://doi.org/10.1177/0306624x03257765>
- Duncan, B. L., Miller, S. D., Sparks, J. A., Claud, D. A., & Reynolds, L. R. (2003). The session rating scale: Preliminary psychometric properties of a “working” alliance measure. *Journal of Brief Therapy*, 3(1), 3–12.
https://www.researchgate.net/publication/254093433_The_Session_Rating_Scale_Preliminary_Psychometric_Properties_of_a_Working_Alliance_Measure
- Durnescu, I. (2020). *Core correctional skills: The training kit*. Ars Docendi.
- Dutton, D. G. (1986). Wife assaulter’s explanations for assault: The neutralization of self-punishment. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue Canadienne Des Sciences Du Comportement*, 18(4), 381–390.
<https://doi.org/10.1037/h0079964>
- Easton, C., Swan, S., & Sinha, R. (2000). Motivation to change substance use among offenders of domestic violence. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 19(1), 1–5. [https://doi.org/10.1016/s0740-5472\(99\)00098-7](https://doi.org/10.1016/s0740-5472(99)00098-7)
- Fahlgren, M. K., Berman, M. E., & McCloskey, M. S. (2020). The role of therapeutic alliance in therapy for adults with problematic aggression and associated disorders. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 27(6), 858–886.
<https://doi.org/10.1002/cpp.2475>
- Fernando, R. (2021). Desistance from crime and probation supervision: Comparing experiences of english and french probationers. *Probation Journal*, 68(2), 224–242. <https://doi.org/10.1177/02645505211012062>
- Flückiger, C., Del Re, A. C., Wampold, B. E., & Horvath, A. O. (2018). The alliance in adult psychotherapy: A meta-analytic synthesis. *Psychotherapy*, 55(4), 316–340.
<https://doi.org/10.1037/pst0000172>

- Gelso, C. (2014). A tripartite model of the therapeutic relationship: Theory, research, and practice. *Psychotherapy Research*, 24(2), 117–131.
<https://doi.org/10.1080/10503307.2013.845920>
- Ginsburg, J. I. D., Mann, R. E., Rotgers, F., & Weekes, J. R. (2002). Motivational interviewing with criminal justice populations. In W. R. Miller & S. Rollnick (Eds.), *Motivational interviewing: Preparing people for change* (2nd ed., pp. 333–346). New York: Guilford Press.
- Giordano, P. C., Cernkovich, S. A., & Rudolph, J. L. (2002). Gender, crime, and desistance: Toward a theory of cognitive transformation. *American Journal of Sociology*, 107(4), 990–1064.
<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/343191>
- Hanson, R. K., Bourgon, G., Helmus, L., & Hodgson, S. (2009). The principles of effective correctional treatment also apply to sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 36(9), 865–891. <https://doi.org/10.1177/0093854809338545>
- Hart, J., & Collins, K. (2014). A “back to basics” approach to offender supervision: Does working alliance contribute towards success of probation? *European Journal of Probation*, 6(2), 112–125.
<https://doi.org/10.1177/2066220314543747>
- Hemphill, J. F., & Howell, A. J. (2000). Adolescent offenders and stages of change. *Psychological Assessment*, 12(4), 371–381. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.12.4.371>
- Hiller, M. L., Knight, K., Leukefeld, C., & Simpson, D. D. (2002). Motivation as a predictor of therapeutic engagement in mandated residential substance abuse treatment. *Criminal Justice and Behavior*, 29(1), 56–75.
<https://doi.org/10.1177/0093854802029001004>
- Holm, J. M., Prosek, E. A., Lockhart, J. R., Rawls, M. S., & Gerthe, J. (2024). Program evaluation of a community-engaged partnership between a counselor preparation program and adult probation services. *Counseling Outcome Research and Evaluation*, 15(1), 1–17. <https://doi.org/10.1080/21501378.2023.2243293>

- Holmqvist, R., Hill, T., & Lang, A. (2007). Treatment alliance in residential treatment of criminal adolescents. *Child & Youth Care Forum*, 36(4), 163–178.
<https://doi.org/10.1007/s10566-007-9037-z>
- Horvath, A. O., & Greenberg, L. S. (1994). *The working alliance: Theory, research, and practice* (Vol. 173). Wiley & Sons.
- Horvath, A. O., & Luborsky, L. (1993). The role of the therapeutic alliance in psychotherapy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61(4), 561–573.
<https://doi.org/10.1037//0022-006x.61.4.561>
- Horvath, A. O., & Symonds, B. D. (1991). Relation between working alliance and outcome in psychotherapy: A meta-analysis. *Journal of Counseling Psychology*, 38(2), 139–149. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.38.2.139>
- Kennealy, P. J., Skeem, J. L., Manchak, S. M., & Eno Louden, J. (2012). Firm, fair, and caring officer-offender relationships protect against supervision failure. *Law and Human Behavior*, 36(6), 496–505. <https://doi.org/10.1037/h0093935>
- Khan, A. A., Stirrup, V., & MacInnes, D. (2025). An examination of service user satisfaction in forensic mental health settings. *Medicine, Science and the Law*, 65(1), 9–14. <https://doi.org/10.1177/00258024241227719>
- Kirkwood, S. (2021). “A wee kick up the arse”: Mentoring, motivation and desistance from crime. *Criminology & Criminal Justice*, 23(2), 183–199.
<https://doi.org/10.1177/17488958211043691>
- Klockars, C. B. (1972). A theory of probation supervision. *The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 63(4), 550–557.
<https://doi.org/10.2307/1141809>
- Koffeld-Hamidane, S., Andvig, E., Karlsson, B., & Ugelvik, T. (2023). Spotlighting the probation meeting: Lived experiences of desistance-supporting interaction following imprisonment. *European Journal of Probation*, 15(3), 218–237.
<https://doi.org/10.1177/20662203231199397>
- Kozar, C. J., & Day, A. (2012). The therapeutic alliance in offending behavior programs: A necessary and sufficient condition for change? *Aggression and Violent Behavior*, 17, 482–487. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.07.004>

- Kuusisto, K., & Lintonen, T. (2020). Factors predicting satisfaction in outpatient substance abuse treatment: a prospective follow-up study. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*, 15(35). <https://doi.org/10.1186/s13011-020-00275-5>
- Labrecque, R. M., Smith, P., Schweitzer, M., & Thompson, C. (2013). Targeting antisocial attitudes in community supervision using the EPICS model: An examination of change scores on the criminal sentiment scale. *Federal Probation*, 77(3), 15–20.
- Labrecque, R. M., Viglione, J., & Caudy, M. (2022). The impact of community supervision officer training programs on officer and client outcomes: A systematic review and meta-analysis. *Justice Quarterly*, 40(4), 587–611. <https://doi.org/10.1080/07418825.2022.2120062>
- Lambert, M. J., & Barley, D. E. (2001). Research summary on the therapeutic relationship and psychotherapy outcome. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 38(4), 357–361. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.38.4.357>
- Latessa, E. J., & Smith, P. (2011). *Corrections in the Community* (5th ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315721965>
- Latessa, E. J., Smith, P., Schweitzer, M., & Labrecque, R. M. (2013). *Evaluation of the effective practices in community supervision model (EPICS) in Ohio*. University of Cincinnati.
- Levy, R. K. (1997). The transtheoretical model of change: An application to bulimia nervosa. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 34(3), 278–285. <https://doi.org/10.1037/h0087651>
- Longshore, D., & Teruya, C. (2006). Treatment motivation in drug users: A theory-based analysis. *Drug and Alcohol Dependence*, 81, 179–188. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2005.06.011>
- Lopes, P., Prieto, G., Delgado, A., Gamito, P., & Trigo, H. (2011). Análise das qualidades psicométricas da URICA utilizando o Modelo de Rasch. *Revista Toxicodependências*, 17(3), 47–64. <https://www.researchgate.net/publication/262934990>

- Lowenkamp, C. T., Holsinger, A., Robinson, C. R., & Alexander, M. (2012). Diminishing or durable treatment effects of STARR? A research note on 24-month re-arrest rates. *Journal of Crime and Justice*, 37(2), 275–283. <https://doi.org/10.1080/0735648x.2012.753849>
- Magaletta, P. R., & Verdeyen, V. (2005). Clinical practice in corrections: A conceptual framework. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36(1), 37–43. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.36.1.37>
- Maldonado, A. I., & Murphy, C. M. (2018). Readiness to change as a predictor of treatment engagement and outcome for partner violent men. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(7-8). <https://doi.org/10.1177/0886260518770188>
- Marshall, W. L., & Serran, G. A. (2004). The role of the therapist in offender treatment. *Psychology, Crime & Law*, 10, 309–320. <https://doi.org/10.1080/10683160410001662799>
- Martin, D. J., Garske, J. P., & Davis, M. K. (2000). Relation of the therapeutic alliance with outcome and other variables: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68(3), 438–450. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.68.3.438>
- Maruna, S. (2001). *Making good: How ex-convicts reform and rebuild their lives*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10430-000>
- McConaughy, E. A., Prochaska, J. O., & Velicer, W. F. (1983). Stages of change in psychotherapy: Measurement and sample profiles. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 20(3), 368–375. <https://doi.org/10.1037/h0090198>
- McMurrin, M., Tyler, P., Hogue, T., Cooper, K., Dunseath, W., & McDaid, D. (1998). Measuring motivation to change in offenders. *Psychology, Crime & Law*, 4, 43–50. <https://doi.org/10.1080/10683169808401746>
- Meier, P. S., Donmall, M. C., Barrowclough, C., McElduff, P., & Heller, R. F. (2005). Predicting the early therapeutic alliance in the treatment of drug misuse. *Addiction*, 100(4), 500–511. <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.2005.01031.x>
- Merrill, J., Alterman, A., Cacciola, J., & Rutherford, M. (1999). Prior treatment history and its impact on criminal recidivism. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 17(4), 313–319. [https://doi.org/10.1016/s0740-5472\(99\)00012-4](https://doi.org/10.1016/s0740-5472(99)00012-4)

- Miller, S. D., Duncan, B. L., Brown, J., Sorrell, R., & Chalk, M. B. (2006). Using formal client feedback to improve retention and outcome: Making on going, real-time assessment feasible. *Journal of Brief Therapy*, 5(1), 5–22.
- Miller, W. R., & Rollnick, S. (2013). *Motivational interviewing: Preparing people for change* (3rd ed.). New York: Guilford Press.
- Miller, W., & Rollnick, S. (2003). Motivational interviewing: Preparing people for change, (2nd ed.). *Journal for Healthcare Quality*, 25(3), 46.
<https://doi.org/10.1097/01445442-200305000-00013>
- Morash, M., Kashy, D. A., Smith, S. W., & Cobbina, J. E. (2014). The effects of probation or parole agent relationship style and women offenders' criminogenic needs on offender's responses to supervision interactions. *Criminal Justice and Behavior*, 42(4), 412–434. <https://doi.org/10.1177/0093854814551602>
- Myers, B., Govender, R., Koch, J. R., Manderscheid, R., Johnson, K., & Parry, C. D. H. (2015). Development and psychometric validation of a novel patient survey to assess perceived quality of substance abuse treatment in South Africa. *Substance Abuse Treatment, Prevention, and Policy*, 10(1). <https://doi.org/10.1186/s13011-015-0040-3>
- Nahouli, Z., Mackenzie, J. M., Aresti, A., & Dando, C. (2022). Rapport building with offenders in probation supervision: The views of english probation practitioners. *Probation Journal*, 70(2), 026455052211374. <https://doi.org/10.1177/02645505221137448>
- Norcross, J. C. (2010). The therapeutic relationship. In B. L. Duncan, S. D. Miller, B. E. Wampold, & M. A. Hubble (Eds.), *The heart and soul of change: Delivering what works in therapy* (2nd ed., pp. 113–141). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/12075-004>
- Pasyk, V. S., Green, A., & Cairns, S. (2023). The working alliance and readiness to change in clients who have criminally offended. *Psychology, Crime & Law*, 29(8), 809–824. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2022.2037592>
- Paulhus, D. L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. In H. I. Braun, D. N. Jackson, & D. E. Wiley (Eds.), *The role of constructs in*

- psychological and educational measurement* (pp. 49–69). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Pence, E. and Paymar, M. (1993) *Education Groups for Men Who Batter: The Duluth Model*. Springer Publishing Company, New York.
- Pires, M. B. C. R. F. (2023). *Aliança de trabalho e motivação para a mudança em jovens delinquentes* [Dissertação de mestrado].
<http://hdl.handle.net/10400.26/49249>
- Polaschek, D. L. L. (2019). Treatment Outcome Evaluations. In D. L. L. Polaschek, A. Day, & C. R. Hollin (Eds.), *The Wiley international handbook of correctional psychology* (pp. 410–426). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119139980.ch25>
- Polaschek, D. L. L., & Ross, E. C. (2010). Do early therapeutic alliance, motivation, and stages of change predict therapy change for high-risk, psychopathic violent prisoners? *Criminal Behaviour and Mental Health*, 20(2), 100–111.
<https://doi.org/10.1002/cbm.759>
- Povey, R., Conner, M., Sparks, P., James, R., & Shepherd, R. (1999). A critical examination of the application of the Transtheoretical Model's stages of change to dietary behaviours. *Health Education Research*, 14(5), 641–651.
<https://doi.org/10.1093/her/14.5.641>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1982). Transtheoretical therapy: Toward a more integrative model of change. *Psychotherapy: Theory, Research & Practice*, 19(3), 276–288. <https://doi.org/10.1037/h0088437>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1983). Stages and processes of self-change of smoking: Toward an integrative model of change. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51, 390–395. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.51.3.390>
- Prochaska, J. O., & DiClemente, C. C. (1984). *The transtheoretical approach: Crossing traditional boundaries of therapy*. Dow Jones-Irwin.
- Prochaska, J. O., & Diclemente, C. C. (1986). Toward a Comprehensive Model of Change. In W. R. Miller & N. Heather (Eds.), *Treating Addictive Behaviors*, (3-27). Plenum Press. https://doi.org/10.1007/978-1-4613-2191-0_1

- Rex, S. (1999). Desistance from offending: Experiences of probation. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 38(4), 366–383. <https://doi.org/10.1111/1468-2311.00141>
- Robinson, C. R., Lowenkamp, C. T., Holsinger, A. M., VanBenschoten, S., Alexander, M., & Oleson, J. C. (2012). A random study of Staff Training Aimed at Reducing Re-arrest (STARR): using core correctional practices in probation interactions. *Journal of Crime and Justice*, 35(2), 167–188. <https://doi.org/10.1080/0735648x.2012.674823>
- Rodrigues, A., Maria João Antunes, Fidalgo, S., Pinto, I., & Ishiy, K. (2023). *Penas e medidas não-privativas da liberdade nos estados-membros da União Europeia: Relatório comparativo*. <https://doi.org/10.47907/livropenasemedidasnaoprivativasdaliberdade/uniaoeuropeia/relatoriocomparativo/2023>
- Ross, E. C., Polaschek, D. L., & Ward, T. (2008). The therapeutic alliance: A theoretical revision for offender rehabilitation. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 462–480. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2008.07.003>
- Rowe, M., & Soppitt, S. (2014). “Who you gonna call?” The role of trust and relationships in desistance from crime. *Probation Journal*, 61(4), 397–412. <https://doi.org/10.1177/0264550514548252>
- Rubel, J., Lutz, W., & Schulte, D. (2013). Patterns of Change in Different Phases of Outpatient Psychotherapy: A Stage-Sequential Pattern Analysis of Change in Session Reports. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 22(1), 1–14. <https://doi.org/10.1002/cpp.1868>
- Serin, R. C., & Lloyd, C. D. (2009). Examining the process of offender change: The transition to crime desistance. *Psychology, Crime & Law*, 15(4), 347–364. <https://doi.org/10.1080/10683160802261078>
- Shapland, J., Bottoms, A., Farrall, S., McNeill, F., Priede, C., & Robinson, G. (2012). *The quality of probation supervision: A literature review*. Centre for Criminological Research, University of Sheffield. <http://psychocriminologie.free.fr/wp-content/uploads/QualityofProbationSupervision.pdf>

- Sidani, S., & Epstein, D. R. (2016). Toward a conceptualization and operationalization of satisfaction with nonpharmacological interventions. *Research and Theory for Nursing Practice*, 30(3), 242–257. <https://doi.org/10.1891/1541-6577.30.3.242>
- Sistema de Segurança Interna. (2024). *Relatório anual de segurança interna 2023*. <https://www.ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna>
- Skeem, J. L., Louden, J. E., Polaschek, D., & Camp, J. (2007). Assessing relationship quality in mandated community treatment: Blending care with control. *Psychological Assessment*, 19(4), 397–410. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.19.4.397>
- Sloas, L., Lerch, J., Walters, S., & Taxman, F. S. (2020). Individual-level predictors of the working relationship between probation officers and probationers. *The Prison Journal*, 100(6), 709–725. <https://doi.org/10.1177/0032885520968242>
- Smith, P., Gendreau, P., & Swartz, K. (2009). Validating the principles of effective intervention: A systematic review of the contributions of meta-analysis in the field of corrections. *Victims & Offenders*, 4(2), 148–169. <https://doi.org/10.1080/15564880802612581>
- Sturm, A., de Vogel, V., & Huibers, M. J. (2022). Two sides of the working alliance: A qualitative study from the perspective of both probationers and probation officers. *European Journal of Probation*, 14(1), 40–59. <https://doi.org/10.1177/20662203211056486>
- Sturm, A., de Vogel, V., Menger, A., & Huibers, M. J. H. (2020). Changes in offender-rated working alliance in probation supervision as predictors of recidivism. *Psychology, Crime & Law*. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2020.1793986>
- Sturm, A., Menger, A., de Vogel, V., & Huibers, M. J. H. (2019). Predictors of change of working alliance over the course of probation supervision: A prospective cohort study. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 64(8), 753–773. <https://doi.org/10.1177/0306624x19878554>
- Taft, C. T., Murphy, C. M., Musser, P. H., & Remington, N. A. (2004). Personality, interpersonal, and motivational predictors of the working alliance in group cognitive-behavioral therapy for partner violent men. *Journal of Consulting and*

Clinical Psychology, 72(2), 349–354. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.72.2.349>

Tambling, R. R. (2019). A critical evaluation of motivation to change conceptualization, measurement, and utility in counseling and psychotherapy. *The Family Journal*, 27(2), 232–238. <https://doi.org/10.1177/1066480719833399>

Tatman, A. W., & Love, K. M. (2010). An offender version of the working alliance inventory-short revised. *Journal of Offender Rehabilitation*, 49(3), 165–179. <https://doi.org/10.1080/10509671003666560>

Taxman, F. (2002). Supervision: Exploring the dimensions of effectiveness. *Federal Probation*, 66(2), 14–27. <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=7e5d37137373efe0100f4f8b023fe5ac5397bc06#page=16>

Trotter, C. (2015). *Working with involuntary clients: A guide to practice* (3rd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315880587>

Tyler, E. (2022). The role of community councils in probation reform. *Probation Journal*, 70(1), 70–77. <https://doi.org/10.1177/02645505221143488>

van Benthem, P., Spijkerman, R., Blanken, P., Kleinjan, M., Vermeiren, R. R. J. M., & Hendriks, V. M. (2020). A dual perspective on first-session therapeutic alliance: Strong predictor of youth mental health and addiction treatment outcome. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 29(11). <https://doi.org/10.1007/s00787-020-01503-w>

Velicer, W. F., Prochaska, J. O., Fava, J. L., Norman, G. J., & Redding, C. A. (1998). Smoking cessation and stress management: Applications of the transtheoretical model of behaviour change. *Homeostasis*, 38, 216–233. <https://www.researchgate.net/publication/232550193>

Vidal, S., & Woolard, J. (2015). Youth's perceptions of parental support and parental knowledge as moderators of the association between youth–probation officer relationship and probation non-compliance. *Journal of Youth and Adolescence*, 46(7), 1452–1471. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0368-z>

Walters, G. D. (2016). Working alliance between substance abusing offenders and their parole officers and counselors: It's impact on outcome and role as a mediator.

- Journal of Crime and Justice*, 39(3), 421–437.
<https://doi.org/10.1080/0735648x.2015.1053967>
- Walters, S. T., Clark, M. D., Gingerich, R., & Meltzer, M. L. (2007). *Motivating offenders to change: A guide for probation and parole*. National Institute of Corrections, U.S. Department of Justice. <https://nicic.gov/motivating-offenders-change-guide-probation-and-parole>
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5(5), 491–507. [https://doi.org/10.1016/s1359-1789\(98\)00036-6](https://doi.org/10.1016/s1359-1789(98)00036-6)
- Ward, T., Day, A., Howells, K., & Birgden, A. (2004). The multifactor offender readiness model. *Aggression and Violent Behavior*, 9, 645–673.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.08.001>
- Ward, T., Melser, J., & Yates, P. M. (2007). Reconstructing the Risk–Need–Responsivity model: A theoretical elaboration and evaluation. *Aggression and Violent Behavior*, 12(2), 208–228. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.07.001>
- Williamson, P., Day, A., Howells, K., Bubner, S., & Jauncey, S. (2003). Assessing offender readiness to change problems with anger. *Psychology, Crime & Law*, 9(4), 295–307. <https://doi.org/10.1080/1068316031000073371>
- Yong, A. D., Williams, M. W. M., Provan, H., Clarke, D., & Sinclair, G. (2015). How do offenders move through the stages of change? *Psychology, Crime & Law*, 21(4), 375–397. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2014.989166>

Anexo A

Comissão de Ética Egas Moniz



EGAS MONIZ SCHOOL
of HEALTH & SCIENCE

Comissão de Ética EGAS MONIZ

Processo Interno: 1578

PT 11/25

Adenda

Ex.ma Senhora

Eliana Filipa Costa Lopes Correia
Miranda

Monte de Caparica, 5 de fevereiro de 2025.

Ex.ma Senhora,

Em resposta ao Pedido de Parecer que submeteu à apreciação da Comissão de Ética da Egas Moniz, com o tema denominado: "Percepções acerca da relação com os Técnicos de Reinserção Social e motivação para mudança em pessoas em cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade", foi aprovado.

A Presidente da Comissão de Ética da Egas Moniz

Prof.ª Doutora Filipa Vicente